BOLETIM CNM

Publicação da Confederação Nacional de Municípios • maio de 2019



UNIDOS PELO BRASIL:

MARCHA CELEBRA CONQUISTAS E AVANÇOS

CNM
CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS

Nesta edição:

Presidente do STF marca para 20 de novembro julgamento dos *royalties*
Ministros assumem compromissos com movimento municipalista
Fórum de Governadores firma aproximação e apoio à pauta convergente

Palavra do presidente



A *Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios* representa o ápice da nossa luta e se consolidou como o maior evento político da América Latina. Nós concluímos a 22ª edição do evento mostrando, mais uma vez, a força do movimento municipalista nacional. Foram quatro dias de trabalho intenso na capital federal, e as conquistas registradas durante a realização do evento reforçam como já avançamos.

A nossa força, é importante lembrar, vem da união de prefeitos, prefeitas, vereadores, vereadoras e demais servidores municipais, bem como do trabalho desenvolvido pelas lideranças municipalistas nacional, estadual e microrregional. O palco desse evento é um importante espaço democrático que reúne autoridades de todo o país focados em um mesmo objetivo: oferecer bons serviços aos nossos cidadãos. Com o tema Unidos pelo Brasil, a *XXII Marcha* registrou recorde de público, com mais de nove mil municipalistas, e também pôde ser acompanhada por milhares de pessoas, por meio da transmissão ao vivo.

Se no início precisávamos marchar rumo ao Palácio do Planalto e ao Congresso Nacional para mostrar a relevância de nossos pleitos, hoje recebemos em nosso palco autoridades de todos os Poderes buscando dialogar para a construção de um novo país. Neste ano, estiveram presentes à Marcha os presidentes da República, Jair Bolsonaro, da Câmara, Rodrigo Maia, e do Senado, Davi Alcolumbre, além de ministros, deputados federais e estaduais, senadores e diversas outras autoridades. Já o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Dias Toffoli, nos recebeu em seu gabinete e se comprometeu com uma pauta prioritária dos Municípios.

Também tivemos a realização do Fórum de Governadores, momento em que representantes dos governos participaram do debate e assinaram um termo de cooperação federativa, estabelecendo o apoio mútuo e espaços de debates para soluções em temas de interesse comum. Além dos anúncios realizados, o evento foi palco de debates históricos e assinaturas de termos e parcerias que vão facilitar o dia a dia da nossa gestão.

O nosso evento vai ficar marcado na história do movimento municipalista brasileiro. Mais do que pelos avanços obtidos, a *XXII Marcha* será lembrada pela união – que mostra a nossa força e reforça a importância que os Municípios têm na discussão e na execução de um pacto federativo que seja, de fato, efetivo. Municipalismo forte se faz com a participação de todos. Obrigado!

Glademir Aroldi, presidente da CNM

Família Municipalista

#EuSouaMarcha ganha as redes sociais


Comitiva da Famurs


Comitiva de Galinhos/RN


Comitiva de Várzea da Roça/BA



Comitiva Famurs


Comitiva UPB



AMANDA MARTINS
Prefeita de Acará/PA



DORINHA DA FARMÁCIA
Prefeita de Guanhães/MG



Prefeita e vereadores
de Luís Gomes/RN



MARIA OLÍMPIA
Prefeita de Paraú/RN



DEDÉ CHAVES
Prefeito de Buritti Alegre/GO


RIBINHA
Prefeito de Campo Maior/PI



NEI NOVATO
Prefeito de Capela do Alto Alegre/BA


Cassinho, prefeito de Nova
Soure/BA, e senador baiano


CASSINHO
Prefeito de Nova Soure/BA



MARCOS ADRIANO
Prefeito de Valente/BA



BELARMINO LUCIANO LEITE
Prefeito de S. Sebastião do Oeste/MG



Prefeito e vice-prefeito
de Planalto/PR



Prefeitos do Rio Grande do Norte



EURES RIBEIRO
Presidente da UPB


Representantes do MMM


MARCONI MENDES
Vereador de Bom Jardim/MA



ARI BEZZERRA
Vereador de Acari/RN



RODRIGUES MENDES
Vereador de Içara/SC


Vereadores de Brodowski/SP

Entrevista

Plataforma vai padronizar e simplificar transferência de recursos, aponta Heckert

Inovação, transparência e eficiência são as palavras-chave da Plataforma +Brasil. A nova ferramenta reunirá em um só local as informações sobre todas as transferências de recursos da União para Estados, Municípios e Organizações do Terceiro Setor. A Confederação tem participado ativamente do processo de criação e apoia a implementação da Plataforma. "Gestores e cidadãos poderão monitorar, em tempo real, as movimentações financeiras e a execução física de obras, assim como aquisição de serviços e produtos custeados com recursos federais. Isso garantirá maior rastreabilidade dessas informações e transparência nesses processos", explica o entrevistado desta edição do Boletim CNM, o secretário especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital da Secretária de Gestão do Ministério da Economia, Cristiano Rocha Heckert. Confira a entrevista e entenda como a ferramenta deve facilitar a vida dos brasileiros.



Divulgação

Como a Plataforma +Brasil influenciará no processo de inovação e transparência nas transferências de recursos para os Municípios?

Heckert: A principal inovação da Plataforma +Brasil é a de reunir em um só local as informações sobre todas as transferências de recursos federais para Estados, Municípios e Organizações do Terceiro Setor. Isso possibilitará maior eficiência na gestão desses recursos e facilitará o acompanhamento da execução das políticas públicas. Baseada no princípio da integridade, a plataforma traz um mecanismo de gestão de riscos. Assim será possível ao gestor e aos cidadãos monitorar, em tempo real, as movimentações financeiras e a execução física de obras, assim como aquisição de serviços e produtos custeados com recursos federais. Isso garantirá maior rastreabilidade dessas informações e transparência nesses processos.

Quais sãos as próximas etapas no desenvolvimento da Plataforma +Brasil?

Heckert: Além dos dados do Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse do Governo Federal (Siconv), que já estão na Plataforma, a próxima inclusão está prevista para agosto de 2019, com a inserção de dados dos fundos de Segurança Pública, Penitenciário e de Amparo ao Trabalhador. Gradualmente outros tipos de transferências serão incorporados à Plataforma, a exemplo dos relativos a convênios de pesquisa, tecnologia e inovação, às leis de incentivo ao esporte e à cultura. É importante destacar que a plataforma está sendo desenvolvida com a participação de diversos atores, como Municípios, outros ministérios e órgãos de controle, em conjunto com o apoio tecnológico do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro). A ideia é aproveitar soluções positivas que já existem na administração pública e compartilhá-las por meio da plataforma. Isso pode ocorrer com a integração a sistemas preexistentes, que serão abertos para uso por outros Entes.

O que será simplificado, no processo de execução de política pública, para os Municípios?

Heckert: Por ser uma plataforma única, os procedimentos serão padronizados, em ambiente totalmente digital, o que reduzirá a necessidade de acesso a sistemas diversos. Além disso, os processos de formalização, execução e de prestação de contas serão informatizados, diminuindo, assim, a carga operacional municipal e o tempo de trabalho. O intuito é simplificar e desburocratizar o processo de transferências de recursos para facilitar a efetiva implementação das políticas públicas. Será definida ainda uma matriz de responsabilidades, considerando as competências e as ações de cada ator envolvido. O objetivo, nesse caso, é dar segurança jurídica e mais tranquilidade na tomada de decisões. Todas as atividades realizadas no âmbito da plataforma serão rastreáveis, e o histórico será mantido para consultas futuras, podendo ser utilizada, para os gestores, como fonte de informações tempestivas e confiáveis. A simplificação do processo também ocorrerá com a possibilidade de acesso às informações relevantes das transferências por meio de aplicativos que poderão ser acessados por *smartphones* e *tablets*.

Como acessar a plataforma +Brasil? Serão realizadas novas atualizações? Quando e como serão feitas as modificações no sistema?

Heckert: O acesso se dá pela internet, no *site* plataformamaisbrasil.gov.br, e está disponível a quem acessa os sistemas que fazem parte da plataforma. As atualizações e as modificações no sistema serão feitas à medida que os instrumentos forem sendo incorporados à plataforma.

Como a publicação do Decreto do Pregão vai contribuir para uma maior celeridade nas compras com recursos de transferências nos Municípios?

Heckert: O Decreto do Pregão permitirá que Estados e Municípios possam usar os sistemas de compras, como o Comprasnet, o Portal de Compras do Governo Federal, e o Licitações-e, do Banco do Brasil, para aquisição de bens e serviços comuns. Isso dará celeridade e economia aos procedimentos de compras. É importante destacar que qualquer interessado poderá acompanhar o desenvolvimento do pregão em tempo real, por meio da internet.

Institucional

Conselho Político define pauta

Como tradicionalmente ocorre na Marcha a Brasília, o primeiro dia de evento foi marcado pela reunião do Conselho Político da Confederação. O presidente da entidade, Glademir Aroldi, e representantes do movimento municipalista brasileiro alinharam o posicionamento municipalista antes da solenidade de abertura oficial do evento.

Além de falar sobre as expectativas para a Marcha, Aroldi destacou o papel dos líderes municipalistas estaduais na articulação com o Congresso Nacional e o governo federal. "A relação com o Congresso Nacional e o governo está muito boa. Todas as vezes em que tentamos uma reunião, conseguimos. Apesar de ainda termos poucos avanços na pauta, a expectativa é boa, destacou.

A pauta prioritária também foi debatida entre os representantes do Conselho Político. "Nós entendemos que a reforma da previdência é importante para o Brasil e os Municípios. Mas é evidente que temos pontos a propor e a avançar e vamos debater", destacou o presidente sobre uma das principais pautas do movimento.

Também presente à reunião, o presidente de honra da CNM, Paulo Ziulkoski, reforçou a importância do cenário político. "Hoje nós temos um governo diferente, que diz defender os interesses dos Municípios. Temos espaço aberto e condições de avançar principalmente no Congresso. Quero parabenizar o Aroldi e essa diretoria que estão avançando muito bem na pauta, que é extensa e demanda muito trabalho", reforçou Ziulkoski.



CNM QUALIFICA
SEMINÁRIOS DE QUALIFICAÇÃO

Os cursos do projeto CNM Qualifica – promovidos em parceria com o Instituto Paulo Ziulkoski – também foram tratados pelos representantes dos Municípios. Na reunião, os presidentes das entidades presentes assinaram um termo de compromisso para realização dos cursos em parceria com as estaduais. Os cursos são realizados conforme demanda apresentada pelas entidades, e os técnicos da CNM vão até o Estado para capacitar os gestores locais.

MMM é destaque na programação da Marcha

Fundado em 2017, o Movimento Mulheres Municipalistas (MMM) ganha cada vez mais notoriedade e assumiu o protagonismo nas causas municipais. De forma inédita, o público acompanhou na programação principal da *XXII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios* a plenária *O Poder da Mulher na Política*. A participação do MMM no maior evento municipalista do país também foi marcante no lançamento do Museu do Municipalismo e no Encontro Movimento Mulheres Municipalistas, realizado na arena temática.

No palco principal, a plenária contou com a presença de diversas parlamentares e das ministras da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves; e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Tereza Cristina. As fundadoras do MMM, Tânia Ziulkoski e Dalva Christofoletti, fizeram um histórico do surgimento da representação e falaram do desafio do empoderamento feminino e do engajamento de deputadas e senadoras na pauta municipalista nacional. O combate à violência doméstica e o apoio às mulheres idosas também foram tratados na plenária.

Ainda foi assinada uma portaria que homologa a liberação dos encargos de Municípios beneficiados com máquinas e equipamentos no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2). O lançamento do Museu do Municipalismo teve o comando do MMM e trouxe o tema *90 Anos de Mulheres na Liderança Municipal*. Na arena temática, as fundadoras do MMM, deputadas, representantes da Fundação Abrinq, da ONU Mulheres e do Instituto Alziras apresentaram dados e experiências que reforçam a necessidade de fortalecer a atuação feminina na política.







Fotos: Ag. LARC/CNM





Artigo

Desvinculação do Orçamento: uma discussão interessante

Nas últimas semanas, o ministro da Economia, Paulo Guedes, comunicou que pretende enviar ao Congresso Nacional uma proposta de desvincular os orçamentos públicos para ter maior flexibilidade e poder de decisão no que se refere à alocação dos recursos.

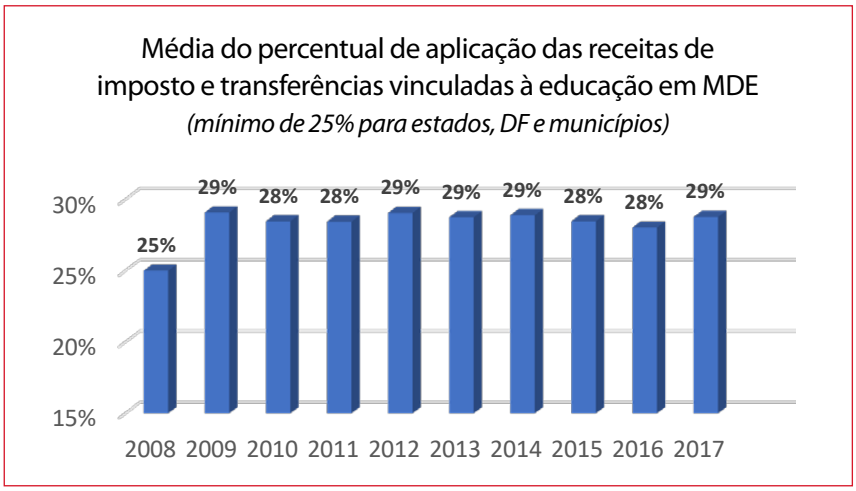
Hoje em dia, a partir da Constituição de 1988, foram definidos alguns percentuais mínimos de aplicação dos recursos em áreas consideradas fundamentais pela sociedade. Na Saúde, a União deve gastar no mínimo 15% da Receita Corrente Líquida (RCL) em serviços de saúde definidos na Lei Complementar 141/2013; os Estados devem gastar no mínimo 12% de suas receitas; já os Municípios o mínimo de 15%. Para a área de Educação, os mínimos são: 18% para a União e 25% para Estados e Municípios.

A Lei Complementar 101/2000 tem outros limites, por exemplo, o gasto total de pessoal não pode ultrapassar os 60% (somando o Executivo e o Legislativo). Também em nossa Constituição Federal estão definidos os limites máximos de gastos com o Poder Legislativo de acordo com faixas populacionais. Enfim, existem inúmeras regras e limites de gastos mínimos e máximos nos orçamentos públicos que comandam a grande maioria dos dispêndios que os governos têm de executar.

Assim, a proposta do ministro da Economia seria a de desvincular estes limites e deixar que o gestor possa escolher onde será melhor aplicar o recurso público, dando maior autonomia e, segundo o ministro, maior eficiência no gasto.

Do ponto de vista dos Municípios, essa desvinculação não representaria "alívio" orçamentário, pois, em média, gastamos muito mais que esses mínimos. Em educação, a média nacional é de 28%, ou seja, 3% a mais que o mínimo; e, em saúde, a média nacional de gasto é de 23%, ou seja, 8% maior que o mínimo constitucional. Então, a preocupação da CNM é que, se não houver mais mínimos para a União e os Estados, poderão ocorrer mais gastos por parte dos Municípios, pois é lá que os serviços públicos são prestados. Neste modelo atual com vinculação, acabamos ficando sobrecarregados nestas áreas, porque os recursos repassados são muito menores que a demanda, por isso, sacrificamos nossos orçamentos para atender à população. Ainda sofremos uma grande pressão orçamentária com a judicialização destas duas áreas, o que prejudica muito nosso planejamento e a execução do orçamento.





Existe, também, uma grande preocupação com o Fundeb (Fundo nacional de desenvolvimento da educação básica e de valorização do magistério), que financia toda a educação básica brasileira e tem seu prazo de validade em 2020. Este fundo é composto de recursos de Estados e Municípios com uma pequena complementação da União; este ano a soma equivale a R$ 148 bilhões para cuidar de 43,5 milhões de matrículas. E este fundo tem grande risco de não ser continuado com essa proposta de desvinculação do orçamento.

Vemos como importante a pauta proposta pelo ministro, pois ela abre uma boa discussão sobre que modelo de República temos em nosso país e traz como possiblidade a efetivação do tão sonhado e cantado em verso e prosa "pacto federativo". Dessa forma, entendemos que este pacto nada mais é que a definição das competências e das responsabilidades de cada um dos três Entes da Federação, União, Estados e Municípios, e quais são os recursos financeiros necessários para que cada um deles executem de forma adequada essas competências e responsabilidades.

Esta é a pauta fundamental da CNM desde sua fundação e em todas as suas ações diariamente. Cremos que este é um bom momento para se discutir a federação brasileira.

Eduardo Stranz – consultor da área de estudos Técnicos da CNM

Judiciário

STF marca para 20 de novembro julgamento de *royalties*

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Dias Toffoli, recebeu, no dia 10 de abril, uma comitiva de líderes municipalistas para tratar da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4.917, que trata dos critérios de distribuição dos *royalties* do petróleo. Ele se comprometeu a inserir a ação na sessão do dia 20 de novembro, como primeiro item da pauta.



O presidente da Corte afirmou que se reuniu com a ministra Cármen Lúcia, relatora da ADI, para definir a data de julgamento. O presidente da CNM, Glademir Aroldi, reforçou que são mais de seis anos de espera e cerca de R$ 22 bilhões de perdas aos Entes locais. O compromisso do Supremo foi anunciado por Aroldi aos participantes durante a *XXII Marcha*. Ele apontou que a medida representa uma conquista e é resultado da união dos gestores municipais em torno da pauta. "Isso é fruto da nossa mobilização. O presidente do Supremo sabia que todos vocês estavam aqui e ouviu as lideranças municipalistas pedindo por isso", reforçou.

O presidente de honra da entidade, Paulo Ziulkoski, participou da reunião e também falou aos participantes. Ele relembrou as batalhas já enfrentadas em relação à pauta. Durante a sua gestão, ele liderou a luta dos Municípios tanto no Congresso Nacional, para votar a matéria e depois derrubar um veto presidencial, quanto no Supremo, articulando junto ao Judiciário para viabilizar o julgamento.

Também participaram o vice-presidente da Confederação e presidente da Associação Mineira de Municípios (AMM), Julvan Lacerda; os presidentes da Federação Catarinense de Municípios (Fecam), Joares Ponticelli; da Associação de Municípios do Mato Grosso do Sul (Assomasul), Pedro Caravina; da Federação das Associações de Municípios da Paraíba (Famup), George Coelho; e da Federação das Associações de Municípios do Estado do Pará, Francisco Nélio; e os consultores da CNM Mártin Haeberlin e Alexandre Curvelo.

MOBILIZAÇÃO

A reunião com o ministro Dias Toffoli ocorreu no dia seguinte à mobilização que reuniu mais de mil gestores em frente à Corte. Os participantes cantaram o hino nacional e lançaram balões pretos simbolizando o luto dos Municípios pela omissão do STF em relação à decisão.

Áreas técnicas

Resultado das Arenas é apresentado

A realização das arenas temáticas foi fundamental para trazer encaminhamentos em relação aos principais entraves da administração municipal. No encerramento, a CNM divulgou os resultados e os encaminhamentos que serão aperfeiçoados pelo movimento municipalista.

O Movimento Mulheres Municipalistas (MMM) solicitou orçamento próprio para os centros de atendimento à mulher. O destaque da área Internacional foi o pedido de recursos para os Municípios que irão receber migrantes. O conteúdo exclusivo da CNM foi abordado no Encontro de Agentes Municipalistas. A área Jurídica discutiu medidas para a segurança, e a arena temática que tratou da improbidade administrativa pleiteou a reformulação da lei que rege esse tema. O avanço da pauta parlamentar dos consórcios públicos e a alteração dos contratos dessas cooperações foram as reivindicações da arena dos consórcios.

Núcleo Social – Palestrantes da Educação pediram a permanência do Fundeb, reajustes anuais pela inflação dos programas federais e maior complementação da União no custeio das creches. Já a aprovação do Plano Nacional da Juventude foi o pleito no espaço Inovação na Gestão Municipal. A arena de Cultura trouxe a regulamentação do Sistema Nacional de Cultura e a desconcentração dos recursos financeiros da Lei *Rouanet*. Para a Assistência Social, devem ser ampliadas duas parcelas básicas repassadas aos Municípios no âmbito do cofinanciamento federal. A Saúde defende o enfrentamento ao subfinanciamento da área, bem como a manutenção de ações da União para fixação de médicos nos Municípios. O ciclo de arenas ainda teve pedido de apoio à reforma da previdência e a criação da prestação de contas simplificada.

Núcleo Territorial – A Defesa Civil abordou a gestão de riscos e desastres e foi solicitada agilidade na liberação de recursos para reconstrução de áreas em Municípios afetados por desastres, além da fiscalização nas barragens. A prorrogação do prazo para fechamento dos lixões com apoio técnico e financeiro, bem como o fortalecimento da gestão ambiental, foram os destaques das áreas de Meio Ambiente e Saneamento.

Fortalecimento do Serviço de Inspeção Municipal e o apoio para elaboração do plano diretor nortearam os debates, respectivamente, das arenas de Desenvolvimento Rural e Planejamento Territorial e Habitação. No espaço do Núcleo Econômico, foram defendidos mais recursos para políticas que abordem esses temas. Um novo modelo de federalismo fiscal foi o resultado dos debates da reforma tributária. Na de Turismo, o pedido foi disponibilizar investimentos e financiamentos ao setor. "São demandas importantes às quais daremos encaminhamentos", disse o presidente da CNM, Glademir Aroldi.



Toda programação das arenas foi transmitida, de forma inédita, pela ***Rádio CNM***. Confira:

Institucional

DISCURSO DE AROLDI EMOCIONA GESTORES

A primeira *Marcha* no comando de Glademir Aroldi foi marcada por um discurso forte e cheio de emoção. Por diversas vezes, o presidente da Confederação foi interrompido por aplausos e manifestações de apoio dos gestores locais que lotaram o Centro de Convenções Internacional do Brasil. Segundo Aroldi, a Marcha é um sinônimo forte de representatividade da democracia brasileira e o tema "Unidos pelo Brasil" não poderia ser mais apropriado diante do momento político-econômico vivenciado nos dias atuais.

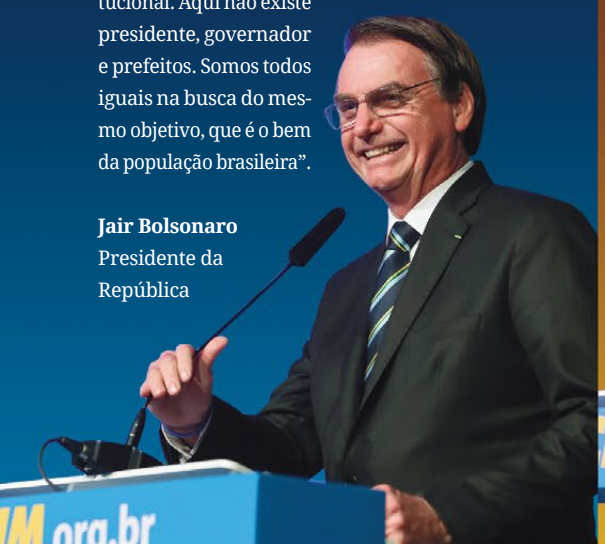
"O movimento municipalista brasileiro é formado por autoridades de todos os partidos e hoje estão aqui unidos e prontos para juntos construir um novo pacto federativo. A Constituição definiu a participação dos Entes federativos no bolo tributário, e os governos anteriores criaram programas importantes, mas, ao mesmo tempo, transferiram responsabilidades aos Municípios. Regulamentar esse pacto é que significa 'o mais Brasil'", destacou o líder.

Aroldi lembrou que já se passaram 31 anos desde que o art. 23 da Constituição Federal determinou o pacto federativo. Ele alertou que apenas 13% do que é arrecadado pela União é direcionado aos cofres municipais. **"Não podemos abrir mão de todos os recursos que são arrecadados pela União. Os prefeitos não aguentam mais"**, evidenciou Aroldi. Veja o discurso completo do presidente da CNM.



"Os nossos ministros se falam, interagem e não tem vaidade entre nós. Eles são pessoas igual a vocês e querem a solução para esse grave problema do Brasil no momento. Eles podem chegar lá, mas nós precisamos de todos os senhores e senhoras. Temos uma encruzilhada pela frente. Somos obrigados a fazer a Reforma da Previdência. O Brasil tem que investir em ciência, tecnologia e inovação, que é isso que pode nos tirar realmente da situação crítica que nos encontramos no momento. O que tira o homem da situação difícil é o conhecimento, temos que resgatar a função das nossas escolas, que é formar bons profissionais. Vamos juntos resgatar o futuro do Brasil. Não existe responsabilidade maior, tenho orgulho e honra de me dirigir a uma plateia tão seleta, responsável e patriota. Queremos dividir o pouco que temos com vocês, pelo pacto federativo. Conversei com Paulo Guedes e dei o sinal verde, vamos apoiá-lo no aumento de 1% do Fundo de Participação dos Municípios por meio do projeto de Emenda Constitucional. Aqui não existe presidente, governador e prefeitos. Somos todos iguais na busca do mesmo objetivo, que é o bem da população brasileira".

Jair Bolsonaro
Presidente da República



"É claro que [o Congresso] vai votar muitas matérias, como o projeto de licitações e o dos consórcios. Tem muitos projetos que interessam aos brasileiros, passando pelos Municípios, mas eu peço a cada um de vocês: compreendam que a capacidade do governo federal hoje de atender os brasileiros é pequena e se nós não fizermos as reformas com muita coragem, energia e comprometimento, principalmente a reforma da previdência, no próximo ano vai ser o mesmo discurso até o dia que todos estiverem administrando os Estados e Municípios em colapso fiscal. Nós temos a possibilidade e precisamos pedir com diálogo ao Supremo a votação das liminares com relação à LRF; aos regimes jurídicos únicos e, é claro, aos *royalties*. Estamos dialogando com o ministro da Economia, Paulo Guedes, sobre 1% do FPM, Lei Kandir e cessão onerosa".

Rodrigo Maia
Presidente da Câmara



"O Senado Federal não irá se abster de uma responsabilidade como casa da Federação lutando pelo fortalecimento das cidades que compõem nossa nação. Nesse entendimento, buscamos aprovar na semana passada, a partir de um acordo, a PEC 34, que torna obrigatória a execução de emendas parlamentares aprovadas na LOA. Creio que isso representará importante passo na descentralização dos recursos para Municípios. Fora dos grandes centros econômicos do país, as emendas apresentam vultoso fluxo financeiro. Outra proposta legislativa que deverá ser votada no Senado é a PEC 61, que se aprovada autorizará a representação e a apresentação de emendas ao projeto de lei do orçamento impositivo anual diretamente aos Fundos de Participação dos Estados e do DF e dos Municípios com a indicação do Ente federativo a ser beneficiado. Devemos sempre incentivar iniciativas que desburocratizem e tornem mais eficiente o repasse de verbas da União".

Davi Alcolumbre
Presidente do Senado



Estados

Pautas comuns unem Estados e Municípios

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu competências comuns entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios, mas, ao longo dos anos, os governos locais assumiram responsabilidades que não eram só suas. Agora, o movimento municipalista se junta aos governadores em busca de avanços comuns. E o primeiro Fórum de Governadores – durante o evento municipalista nacional – consagrou esse novo tempo.

O primeiro encontro para alinhamento de pautas entre os dois Entes ocorreu na *XXII Marcha a Brasília*, no dia 10 de abril, com presença de seis governadores, um vice e um representante. "Os três Entes da Federação precisam sentar à mesma mesa", disse o presidente da CNM, Glademir Aroldi, ao abrir os debates. Segundo Aroldi, as propostas comuns são muitas e, por isso, é importante promover encontros mais frequentes para construir uma federação verdadeira e justa.

Durante o primeiro encontro nacional, o presidente da CNM e os governadores assinaram termo de cooperação federativa. O debate contou com a presença dos governadores do Distrito Federal, Ibaneis Rocha; de Santa Catarina, comandante Carlos Moisés; do Piauí, Wellington Dias; do Mato Grosso do Sul, Reinaldo Azambuja; do Rio Grande do Norte, Fátima Bezerra; e do vice-governador do Maranhão, Carlos Brandão. O governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, foi representado pela ex-senadora Ana Amélia; e os governadores de Pernambuco e do Pará, Paulo Câmara e Helder Barbalho, passaram pelo evento e foram entrevistados pela ***TV CNM***.

"Precisamos mostrar a realidade dos nossos Municípios e dos Estados que não se sustentam", afirmou o governador de Santa Catarina ao alertar para a urgência de avançar nas pautas comuns. "Nosso governo em Santa Catarina tem demonstrado ações municipalistas com tendência forte de empoderamento dos Municípios", garantiu.

"A nossa pauta é, efetivamente, uma pauta única", reconheceu Ibaneis Rocha. "Nós vamos dar a nossa parcela de contribuição, e estamos dando nossa parcela de contribuição como brasileiros, mas vamos dar ao Estado brasileiro a responsabilidade com Estados e Municípios. Vamos cobrar que esse pacto realmente se efetive, que esse pacto seja o pacto da libertação da população brasileira do jugo dos governadores de plantão", mencionou.

"Acompanho há seis anos, e não é razoável uma liminar do Supremo impedir uma lei de entrar em vigor por tanto tempo. Nós estamos falando aqui de aproximadamente 70% de um fundo de participação mensal dos Municípios", destacou Wellington Dias sobre a lei dos *royalties*. "Mais vale uma esperança tarde do que um desengano cedo", disse ele sobre a decisão do presidente do STF, Dias Toffoli, de agendar para novembro a votação da liminar que bloqueou a redistribuição dos recursos.

"A Federação, nos últimos 30 anos, cada vez mais, tem passado reponsabilidades para os Estados e Municípios, e os recursos não têm aumentado de acordo com essas responsabilidades. A concentração de recursos por parte da União tem crescido cada vez mais, estando em pleno regime democrático. Então, isso vai exigir de nós destravar pautas. Pautas históricas que vêm afetando a vida de vários Municípios e dos Estados. A gente se solidariza com a Confederação Nacional de Municípios e, ao mesmo tempo, colocamos como nossas pautas também", Paulo Câmara.

"Tive a oportunidade de estar no papel de vocês de 1999 a 2004, no papel de prefeito. E a luta de vocês sempre foi a luta nossa também. Passaram-se 22 anos e a gente continua na mesma direção, pouco se evoluiu no que se refere ao pacto federativo", apontou Reinaldo Azambuja. "Criaram despesas para Municípios e Estados, mas deixaram as receitas aqui em Brasília. Se não virarmos esse jogo não vamos conseguir atender a nossa população que vive nos Municípios com políticas públicas", afirmou.

"Eu tive a oportunidade de ser prefeito e tive a oportunidade, inclusive, de participar da Confederação Nacional de Municípios, representando a região Norte. Portanto, minha absoluta sensibilidade e absoluta compreensão de que nós só teremos um país forte se onde as pessoas vivem, ou seja, nas cidades forem dadas condições de oferta de serviços saúde, educação, infraestrutura, saneamento, oportunidades de geração de emprego a partir do desenvolvimento econômico local. E isso tudo passa por descentralização", governador do Pará.

"Os Estados também estão sofrendo com essa dificuldade de repasse de recursos", disse o vice-governador do Maranhão. Ele questionou como fazer a redistribuição justa do pacto federativo, sem a reforma da previdência. "O que precisamos é fazer as mudanças no Congresso Nacional. Os nossos problemas estão na pauta legislativa, os nossos problemas estão na pauta do Judiciário", ponderou.

"Não adianta falar em reforma se os Municípios e os Estados não forem fortalecidos. A crise federativa precisa acabar, e ela é tão grave quanto a crise política, a crise moral e a crise econômica e fiscal em que vive o nosso país", salientou Ana Amélia ao representar o governador do Rio Grande do Sul.

Legislativo

Do Congresso para a Marcha

A participação dos presidentes da Câmara e do Senado, Rodrigo Maia e Davi Alcolumbre, na solenidade de abertura é a prova da consolidação do evento municipalista na política nacional. Um dia depois de os líderes do Poder Legislativo passarem pelo palco principal, foi a vez de deputados e senadores sensibilizados com a pauta prioritária debaterem o papel do Congresso Nacional na aprovação dos projetos favoráveis e rejeição dos que prejudicam os Municípios.

Com a representação de diferentes partidos e Estados, o painel contou com pronunciamento de diversos parlamentares e possibilitou a discussão dos pleitos. Estiveram presentes líderes partidários e de bancada e membros das duas frentes municipalistas: a dos Municípios Brasileiros (FMB) e a do Pacto Federativo (FPPF). Ao todo, passaram pela 22ª Marcha 154 deputados e 18 senadores.





Conheça a pauta prioritária da CNM e do movimento municipalista no Observatório Político da CNM.

Abaixo, veja a participação dos parlamentares na Plenária.

Dep. Marcos Pereira (PRB-SP): "Os Municípios, especialmente os pequenos e médios, têm mais dificuldade de acesso ao orçamento, tecnicamente e por inviabilização financeira."

Dep. Afonso Motta (PDT-RS): "O desafio é a discussão da reforma tributária, a fim de criar condições para que os recursos cheguem onde acontece a vida das pessoas."

Dep. Carlos Veras (PT-PE): "Temos dever de fazer com que as políticas públicas possam chegar de fato."

Dep. Flávia Morais (PDT-GO): "As milhares de obras paralisadas preocupam. Uma obra parada e não entregue representa recurso público jogado fora."

Dep. Hildo Rocha (MDB-MA): "A lei que compartilha os recursos da cobrança do ISS em cartão de crédito, *leasing* e planos de saúde é uma pauta que merece atenção."

Dep. Pompeo de Mattos (PDT-RS): "Sou alguém que já esteve do outro lado e isso aumenta minha responsabilidade. Estamos aqui a cada ano e prestamos apoio aos prefeitos."

Dep. Silvio Costa Filho (PRB-PE), presidente da FPPF: "Ou essa pirâmide se inverte, ou os Municípios quebram. O verdadeiro pacto começa por nós parlamentares."

Dep. Herculano Passos (MDB-SP), presidente da FMB: "Temos cumprido agenda extensa em defesa da pauta municipalista. De 15 em 15 dias nos reunimos na CNM para debater."

Dep. Vinicius Farah (MDB-RJ): "Não adianta aprovar as emendas impositivas, se os prefeitos não conseguirem sair do Cauc. Não é justo que o gestor que inicia o mandato seja punido por outro."

Dep. Baleia Rossi (MDB-SP): "Parabenizo a força política da CNM e dos prefeitos, que vocês têm que usar para avançar nas pautas prioritárias."

Sen. Rodrigo Pacheco (DEM-MG): "As emendas poderão ser destinadas de maneira simples e desburocratizada, em duas modalidades diferentes."

Sen. Wellington Fagundes (PR-MT): "Estamos trabalhando estimulados pela competente assessoria da Confederação. Quem nos orienta sobre as dificuldades dos prefeitos é a CNM."

Dep. Benes Leocádio (PRB-RN): "Apresentei emendas à MP do Saneamento para prorrogação do prazo [da política de resíduos sólidos] e para o prefeito escolher licitar ou não o serviço."

Dep. Alceu Moreira (MDB-RS): "É preciso ter compromisso de entrega para criar instrumento para a agricultura nacional."

Sen. Luiz Carlos Heinze (PP-RS): "Estamos nos mobilizando pela Lei Kandir e pela nova previdência."

Dep. Rogério Peninha (MDB-SC): "Vou propor a unificação das eleições no Brasil e cinco anos de mandato sem possibilidade de reeleição."

Dep. Sidney Leite (PSD-AM): "Apresentei proposta que garante diferenças regionais entre valores dos recursos dos programas."

Dep. Lucas Vergílio (Solidariedade-GO): "A pauta precisa avançar e o grande desafio é fazer com que os projetos que vocês trazem todos os anos sejam deliberados."

Dep. Isnaldo Bulhões (MDB-AL): "Não adianta criar novas pautas sem concluir a votação das antigas, como 1% do FPM e cessão onerosa."

Dep. Júlio Cesar (PSD-PI): "Sempre trabalhei para fortalecer o pacto federativo, porque é nos Municípios que estão os problemas e as soluções mais baratas e adequadas ao povo brasileiro."

Pauta municipalista

AS CONQUISTAS DA MARCHA NÃO PARAM

Cada conquista do movimento municipalista tem potencial de aperfeiçoar a execução de políticas públicas em nível local. É de interesse, portanto, dos 5.568 Municípios do país e dos 200 milhões de brasileiros. Todo ano, os gestores municipais das cinco regiões do Brasil se reúnem na capital federal com a certeza de que estão "marchando" por melhorias e de que irão retornar às suas cidades com boas notícias para a população. Em 2019, com público e número de autoridades do Executivo e Legislativo federal recordes, a Marcha resultou em muitas conquistas. As medidas anunciadas beneficiam os Municípios – de recursos a autonomia, apoio técnico e revisão de processos para mais eficiência. Essa edição mostra novamente que o maior evento em defesa da gestão municipal da América Latina continuará rendendo bons frutos. Afinal, assim como a edição deste ano, os avanços não param. Confira:

Mais recursos



1

1% do FPM de setembro

No palco da Marcha, o presidente **Jair Bolsonaro** e o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, firmaram compromisso de apoiar Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que aumenta em 1% o primeiro decêndio de setembro do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Após declarar apoio aos Municípios, Maia recriou a Comissão Especial que vai analisar o texto.

2

Isenção do PIS/Pasep no RPPS

Reconhecendo a necessidade de esclarecer que as receitas dos fundos de previdência públicos não fazem parte da base de incidência do Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep), o governo federal deve trabalhar para que seja apresentada emenda ao Projeto de Lei em tramitação que permite desonerar os recursos dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) sobre o Fundo, estimado em R$ 3 bilhões ao ano. Espera-se eliminar desentendimento jurídico e suspender cobrança indevida por parte da Receita Federal.

3

Empréstimos para RPPS

Outra medida anunciada pelo secretário especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, **Rogério Marinho**, é o apoio à emenda que autoriza os Regimes Próprios a operarem empréstimos consignados para os seus segurados – demanda antiga da CNM.



4

Compensação previdenciária

A definição de regras mais claras para a compensação previdenciária entre os regimes também é um compromisso assumido pela equipe econômica do governo, que pretende revisar as normas por meio da Comprev.

5

R$ 10 bilhões para Estados e Municípios

O ministro da Economia, Paulo Guedes, anunciou que espera lançar um plano de recuperação de curto prazo a Estados e Municípios. Por meio de um Projeto de Lei, a ser apresentado no Congresso Nacional, a pasta deve liberar R$ 10 bilhões para os Entes da Federação.



6

Cessão onerosa

Guedes confirmou que pretende repartir 70% dos recursos do bônus de assinatura da cessão onerosa para Estados e Municípios e dos *royalties* da exploração dos campos localizados na área do pré-sal.

7

Royalties – Lei 12.734/2012

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Dias Toffoli, agendou para 20 de novembro o julgamento da liminar que suspendeu a redistribuição dos recursos dos *royalties* segundo os critérios aprovados no Legislativo. São seis anos de espera e mais de R$ 22 bilhões de perda aos Municípios.

Mais eficiência na gestão

8

Nota fiscal de Serviços Eletrônicos

O governo federal vai disponibilizar plataforma gratuita para que os Municípios possam gerar Nota Fiscal Eletrônica de Serviços e, assim, aumentar a arrecadação municipal.

9

Portal do ITR

A Receita Federal vai lançar um portal para permitir o convênio para municipalização do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) por via eletrônica, desburocratizando o processo e dando mais agilidade aos Municípios.

10

Plataforma +Brasil

Um novo sistema para integrar todas as transferências de recursos entre a União e os Municípios e reduzir o tempo de execução foi lançado com três aplicativos de gestão e fiscalização para o gestor local, fiscais e a população. A Plataforma +Brasil permite rastreabilidade e controle, facilitando os processos de repasse e a aplicação efetiva do recurso.

11

Selo de inspeção

A ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Tereza Cristina, admitiu a possibilidade de certificar terceirizados para criação e entrega de selo de inspeção que permite aos consórcios municipais venda de produtos de origem animal. O objetivo é agilizar o processo.



12

Tribunais de Conta

Compromissos dos Tribunais de Contas para auxiliar o movimento municipalista na qualificação dos gestores no que se refere às dificuldades enfrentadas na administração local.



Mais autonomia e representatividade

13

Instalação do Comitê de Revisão da Dívida Previdenciária Municipal

Publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 9 de abril, a Portaria 26/2019 garante a representatividade da administração municipal ao destinar cinco das 12 cadeiras do Comitê de Revisão da Dívida Previdenciária Municipal para lideranças e técnicos indicados pela CNM. Medida vai permitir que aconteça, enfim, o Encontro de Contas entre os Regimes de Previdência.

14

Jornada de trabalho dos médicos e custeio das UBS

O Ministério da Saúde revisou o programa Estratégia Saúde da Família (ESF) para permitir a alteração da jornada de trabalho dos médicos, de 40h para 20h semanais, além de oferecer aos Municípios a possibilidade de ampliar horário de atendimento nas Unidades Básicas de Saúde (UBS). Haverá ainda aumento no custeio das UBS.



15

Flexibilização do uso das Upas

O ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, anunciou que o prazo para definição de outra finalidade na saúde para as Unidades de Pronto Atendimento (UPAs), sem funcionamento, será estendida até 30 de junho.

16

Consórcios

A Câmara aprovou dois pleitos referentes aos consórcios públicos: o Projeto de Lei 2.542/2015, que limita as exigências legais de regularidade do Cauc ao próprio consórcio (e não ao Ente consorciado, como é atualmente); e o PLP 2.543/2015, que possibilita regime de contratação pela CLT. As matérias foram sancionadas e publicadas no DOU no dia 6 de maio.

17

Pacto Federativo

Compromisso de criação de Grupo de Trabalho para debater o pacto federativo com a participação da CNM, do Ministério da Economia e das Frentes em Defesa dos Municípios Brasileiros (FMB) e do Pacto Federativo (FPPF).



18

Fórum de Governadores

Sete governadores e a CNM assinaram acordo para apoio mútuo na defesa das pautas comuns e participação em reuniões sobre temas de interesse. Ficou garantida a um representante do Fórum de Governadores a presença na reunião do Conselho Político da CNM, assim como a de um representante da entidade nos Fóruns de Governadores.



Investimentos e programas

19

Lançamento do Plano Nacional de Segurança Hídrica

Prevê, segundo o ministro de Desenvolvimento Regional, Gustavo Canuto, R$ 26,9 bilhões em investimentos, sendo R$15,7 bilhões só para o Nordeste. A construção de barragens, adutoras, canais, entre outros sistemas, tem como objetivo garantir abastecimento e atividades produtivas até 2035.



20

Pró-Cidades

Publicada Instrução Normativa para operação de crédito no Programa Desenvolvimento Urbano que disponibilizará R$ 4 bilhões para os próximos quatro anos para investimentos em diversas áreas.

21

Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2)

Municípios beneficiados com máquinas e equipamentos na segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC2) serão liberados de encargos estabelecidos em termo de doação assinado junto ao governo federal. A medida foi publicada no Diário Oficial da União no dia 16 de abril.

Avanços e compromissos com projetos de Lei
dependem de aprovação no Congresso

22

Suasa

Envio de projeto de lei ao Congresso Nacional para desburocratizar e simplificar o Sistema de Inspeção Municipal (SIM) de produtos de origem animal.



Ag. Senado

23

PEC 61/2015 – emendas

O Senado Federal aprovou, em dois turnos no Plenário, a proposta que destina recursos das emendas parlamentares, previstas no orçamento, direto para Estados e Municípios, sem a necessidade de passar pelos procedimentos existentes. O texto seguiu para a Câmara dos Deputados.

24

Fim dos lixões

Aprovado na Câmara o requerimento de urgência urgentíssima para o Projeto de Lei (PL) 2.289/2015, que prorroga os prazos de encerramento dos lixões conforme o tamanho da população.

25



Improbidade

Compromisso do deputado Tadeu Alencar (PSB/PE) no painel de Justiça de fazer avançar o projeto que trata da revisão da lei de improbidade administrativa. Também participaram do painel o ministro da Justiça, Sérgio Moro, e o ex-ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Gilson Dipp.

26

PEC do Fundeb

Lançamento em parceria com o Todos pela Educação de uma proposta de emenda constitucional que contemple o pleito dos Municípios no que se refere ao Fundeb com vistas a minimizar as desigualdades.

Tribunais de Contas

Fórum Nacional de Controle propõe relação de parceria

Não é novidade que a fiscalização contábil, financeira e orçamentária dos Entes municipais – exercida pelos órgãos de controle – gera aflição em muitos gestores. Em busca de mecanismos para melhorar essa relação, o Fórum Nacional de Controle e a integração com a gestão local foi promovido durante o encontro ápice do municipalismo nacional. O debate contou com a participação do presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), ministro José Múcio Monteiro, que sugeriu uma mudança de postura para a relação de parceria.

O presidente da CNM, Glademir Aroldi, abriu os trabalhos, destacando as dificuldades enfrentadas pelos gestores locais nas prestações de contas. "A maioria dos Municípios enfrenta desafios e obstáculos para cumprir exigências que não temos condições de arcar, como a imposição de despesas muito maiores que os recursos que são disponibilizados pela União", disse.

Ao fazer uma analogia com a relação entre o cidadão e a polícia, o presidente do TCU afirmou: "tudo depende da iniciativa. Se vocês procuram a polícia, você quer proteção. Mas, se a polícia te procura, é porque você é suspeito". E, nesse contexto, ele sugeriu que os gestores municipais busquem apoio nos tribunais. "Ao invés do controle procurar os senhores, os senhores procurem os tribunais, perguntando como fazer para que o mal feito não lhe prossiga por 10, 15, 20 anos. Porque dinheiro público não prescreve". Em sua apresentação, Múcio aconselha os gestores locais a terem os tribunais como parceiros a fim de que ninguém erre.

Mais orientação e menos punição

Além do presidente do TCU, o fórum contou com a participação do presidente do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás, em representação à Associação Brasileira de Tribunais de Contas (Atricon), Joaquim Alves de Castro Neto; e do presidente do Instituto Rui Barbosa (IRB), Ivan Bonilha. O representante da Atricon destacou as capacitações feitas pelos tribunais e o desafio de levar orientações corretas aos gestores municipais, lá na ponta. "Mais orientação e menos punição", disse Neto durante o fórum. O representante do IRB destacou que a maioria dos prefeitos tem a intenção de acertar e de ter aprovação popular e, muitas vezes, diante de uma impossibilidade técnica, é induzido a cometer erros.

Justiça

Painel sobre Probidade destaca necessidade de rever legislação

Na Plenária Justiça, Transparência e Probidade, a revisão da Lei de Improbidade Administrativa, que tem mais de 25 anos, foi um dos destaques. A mesa foi coordenada pelo presidente da CNM, Glademir Aroldi, e pelo presidente de honra, Paulo Ziulkoski. O ministro da Justiça, Sérgio Moro, o ex-ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Gilson Dipp; e o deputado federal Tadeu Alencar (PSB-PE) compuseram a mesa.

O ex-ministro do STJ Gilson Dipp destacou a audácia dos atuais gestores locais. "Gostaria de cumprimentar os prefeitos pela coragem de ser gestor local na atualidade. O Brasil avançou muito na questão da transparência e da punição, mas é preciso entender que não é qualquer ato de ilegalidade que é improbidade", destacou Dipp. O deputado Tadeu Alencar defendeu que a discussão do assunto deve avançar no Congresso Nacional. O parlamentar informou que apresentou um anteprojeto que aponta a necessidade de fortalecer essa legislação.

Na oportunidade, o presidente da CNM entregou ao ministro o Termo de Compromisso Compliance assinado pela diretoria a fim de aprimorar os controles relativos às suas. **"Cumprimento a iniciativa da Confederação para essa implementação do programa de integridade. Isso serve de exemplo às várias unidades da Federação"**, parabenizou o ministro.

Moro aproveitou a plenária para pedir o apoio dos gestores locais ao Projeto de Lei Anticrime apresentado ao Congresso Nacional. "Nós precisamos enfrentar a criminalidade violenta e isso diz muito aos Municípios. Nós precisamos avançar nessa área, precisamos tirar o criminoso perigoso das ruas, bons meios de investigação, bons meios tecnológicos para investigação, investir nas nossas polícias e coordenar as forças", defendeu o ministro.



www.marcha.CN

Compromissos +Brasil

Ministros levam planos e propostas à Marcha

Na plenária Compromissos +Brasil, ministros de Estado de cinco áreas — Economia, Saúde, Cidadania, Desenvolvimento Regional e Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações — apresentaram planos e propostas de suas pastas que impactam no orçamento, no planejamento e na oferta de serviços públicos para a população nos Municípios. As autoridades também responderam a questões que são demandadas e reivindicadas pelo movimento municipalista.



MINISTRO DA ECONOMIA
PAULO GUEDES



"A Constituição de 1988 prevê a descentralização de recursos para Estados e Municípios. Mas nós perdemos o caminho, ficamos com o dinheiro todo lá em cima, e os Estados e os Municípios sem recursos. Não é questão de má gestão, estão todos apertados financeiramente, então, quer dizer que tem algo muito errado, algo sistêmico. Vamos limitar e descentralizar o poder da União, mandar os recursos e distribuir as atribuições para Estados e Municípios. O orçamento pode ser feito em Brasília, mas a execução é com governadores e prefeitos. A ideia do pacto federativo é de realmente colocar o dinheiro na base. Você tem que sentir a presença do Estado exatamente onde o povo está. Nós acreditamos que o Brasil está nos Municípios."

MINISTRO DA SAÚDE
LUIZ HENRIQUE MANDETTA



"Temos três décadas de construção do Sistema Único de Saúde, o SUS, e, nesse período, municipalizaram muitos deveres, mas as receitas ficaram centralizadas ou foram insuficientes. Se não reorganizarmos a base de tudo, não vai ter equipamento e hospital para todo mundo. Ou a gente trabalha a prevenção e o cuidado ou vamos ser engolidos pela hipertensão, pelo diabetes, câncer, Alzheimer, vida sedentária e falta de atividade física. As equipes de Saúde da Família estão com o mesmo custeio há muitos anos, praticamente desde o lançamento, com poucas variáveis. A discussão de custeio da saúde é totalmente pertinente."

MINISTRO DA CIDADANIA
OSMAR TERRA



"Eu sei que os repasses do Suas estão atrasados e estamos providenciando para ver se colocamos em dia neste semestre. Isso é prioridade número um no ministério. Hoje, talvez o maior risco de segurança social é que 4,2 milhões de jovens do Bolsa Família nem trabalham nem estudam. Temos que atuar em cima disso. As prefeituras podem ajudar muito e não vão ter um custo maior, nós vamos financiar, de alguma forma, a capacitação desses jovens e a inclusão deles no microcrédito."

MINISTRO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
GUSTAVO CANUTO



"Não há desenvolvimento regional sem que os Municípios se desenvolvam. Nosso objetivo é a redução das desigualdades regionais e, para isso, precisamos mudar a realidade dos Municípios. Sei que o programa Minha casa, Minha Vida é a preocupação de vários. Entendemos que precisa ser reformulado, ajustar alguns pontos. É de extrema importância retomar as obras. [No saneamento básico], o objetivo é a universalização. O investimento público não vai conseguir sozinho. Temos que permitir a entrada da iniciativa privada, mas proteger os pequenos Municípios que não sejam atrativos para o [mercado] privado."

MINISTRO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
MARCOS PONTES



"A missão do ministério é dividida em três linhas: produzir conhecimento, produzir riquezas e ajudar na qualidade de vida das pessoas. Para isso, preciso da ajuda de vocês [líderes municipalistas]. Vocês trabalham com as pessoas no dia a dia e podem melhorar a vida delas. Temos dificuldade de orçamento e pessoal, mas não vamos desistir, vamos conseguir transformar o país por meio da ciência e da tecnologia."

Bancadas

Bancadas estaduais se mobilizam

Sensibilizar os 513 deputados e 81 senadores para a pauta prioritária do movimento municipalista e as demandas regionais só é possível com a articulação dos gestores e das entidades estaduais. São as lideranças locais que conhecem, por nome e temas de afinidade, os parlamentares eleitos em seus Estados e, por isso, esperam ser ouvidos e ter seus pleitos atendidos nos debates e nas votações do Congresso. No período que antecedeu a Marcha e paralelamente à realização do evento, as associações e federações estaduais promoveram encontros com as bancadas. Confira:



9/4, terça-feira

Minas Gerais – AMM
Quase 300 prefeitos mineiros participaram da IX Reunião com a Bancada Mineira no Congresso Nacional. O debate contou com a participação de 28 deputados federais e o senador Rodrigo Pacheco.



Piauí – APPM
Os gestores e a bancada piauiense lotaram um dos plenários da Câmara para tratar da pauta prioritária. Entre os temas abordados, o 1% do FPM.

Sergipe – Fames/ Rio Grande do Sul – Famurs/ Bahia – UPB/ Paraná – APM
As Federações de SE, RS, BA e PR participaram de jantares com os parlamentares de seus respectivos Estados para tratar dos pleitos.

10/4, quarta-feira

Santa Catarina – Fecam
Gestores catarinenses se reuniram no Anexo II da Câmara dos Deputados para tratar dos pleitos. Estiveram presentes 13 deputados e os senadores Jorginho Mello e Esperidião Amin.

Rio Grande do Norte – Femurn
Parlamentares do RN, incluindo o coordenador da bancada, deputado Rafael Motta, lotaram plenário da Câmara para discutir os pleitos.

Tocantins – ATM
Com apenas uma ausência – do senador Irajá Abreu –, a bancada tocantinense se reuniu em um plenário da Câmara para tratar das demandas regionais e nacionais.

Rondônia – AROM
Parte da bancada federal – dois senadores e cinco deputados –, o governador Marcos Rocha e o presidente da Assembleia Legislativa, Laerte Gomes, estiveram reunidos para falar da pauta.

Pará – Famep
As lideranças municipalistas entregaram a pauta paraense de 2019, compilada pela Famep e as Associações e Consórcios Regionais.

Paraíba – Famup
Parlamentares da PB definiram apoio total às causas municipalistas propostas e pelo menos três reuniões da bancada ao ano para acompanhamento das votações e de novas propostas.

11/4, quinta-feira

Maranhão – Famem
Além de deputados federais, estiveram presentes o vice-governador do Estado, Carlos Brandão, e dois senadores, Eliziane Gama e Weverton Rocha.



Responsabilidade Social Empresarial

Tradução em Libras na Marcha

Acessibilidade vai muito além de construir rampas de acesso, colocar portas mais largas ou elevadores para a passagem de cadeirantes. Envolve trabalhar ouvidos e mãos em conjunto para transmitir uma mensagem a quem assiste, especialmente o deficiente auditivo. Estamos falando da transmissão em tradução das falas na Língua Brasileira de Sinais, ou apenas Libras.

Mas você deve estar se perguntando o que isso tem a ver com a *XXII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios*? É que durante os quatro dias de eventos, três mulheres se revezavam no palco para transformar as palavras ditas pelos palestrantes em sinais. As roupas escuras destacavam os gestos, a fim de que a leitura visual para o deficiente auditivo ocorresse de forma completa. A cada 20 minutos as tradutoras trocavam de lugar no palco. Uma saia para outra entrar. A descrição era tanta que quase ninguém reparava a troca.

O uso da Linguagem Brasileira de Sinais durante a Marcha foi bastante elogiada pelos gestores municipais.

Legislativo municipal

Vereadores pedem união por pleitos municipalistas

Reunidos no painel *Fórum de Vereadores*, durante a *XXII Marcha*, lideranças municipais destacaram a importância da união em prol de demandas municipalistas. Os vereadores — que somam mais de 57 mil no Brasil — apresentaram ainda dificuldades locais enfrentadas por agentes políticos e pela população.

A necessidade de repasses mais adequados para cada realidade foi uma das demandas em destaque. Na região Norte, por exemplo, o transporte de barco ou lancha é uma realidade na rotina escolar. "O aluno tem que acordar mais cedo, porque a distância não é de 30 minutos como em outros Estados. São três horas para ir e três para voltar", comparou o vereador de Maués (AM) Simildon Rocha. Apesar disso, o valor recebido para transporte e merenda escolar por estudante é o mesmo no país. O espaço também rendeu compartilhamento de boas experiências.

O momento foi oportuno ainda para reforçar a importância de prefeitos e vereadores estarem unidos em prol da luta pelo avanço das matérias que são de interesse dos Municípios.



Ag.Lar/CNM

Palavra Municipalista

Lideranças defendem pacto federativo

A voz de quem está na ponta, nos Municípios, ecoou no palco principal da Marcha na plenária Palavra Municipalista, onde prefeitos e vereadores apresentaram demandas e contribuições para aperfeiçoar a atuação política da Confederação Nacional de Municípios (CNM).

"Quero agradecer" foi a frase mais falada pelos municipalistas, que destacaram um retorno às suas cidades com mais conhecimento e esperança renovada. Isso, especialmente, pela expectativa de regulamentação do pacto federativo. "As palavras do ministro da Economia representam nossos anseios e necessidades", avaliou a prefeita de Coronel Murta (MG), Amariles Lima.

Vários representantes municipalistas pediram ainda apoio para aprovação de medidas com impacto local e, principalmente, melhorias na saúde, na educação, na assistência social, na preservação do meio ambiente e no desenvolvimento de obras de infraestrutura.


Ilaciano Brito/Ag.CNM

Inclusão

A maior participação de mulheres na política local, com ênfase para o Movimento Mulheres Municipalistas (MMM), e o desafio para inclusão de portadores de necessidades especiais tiveram destaque na plenária. "A barreira da deficiência, às vezes, está na mente das pessoas. Temos que avançar sempre com o objetivo em prol dos Municípios", reforçou o presidente da Câmara Legislativa de Capão do Leão (RS), vereador Jonselio Martinez.

Projetos e parcerias

Lançamentos devem aprimorar a gestão municipal

O público da ***XXII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios*** acompanhou uma série de lançamentos promovidos pela CNM em parceria com outros Entes da Federação e instituições. Projetos, campanhas, parcerias, premiações, termos de cooperação técnica e ferramentas que possam permitir o monitoramento de recursos e contribuir com a gestão municipal foram apresentados pelo movimento municipalista durante vários momentos da programação principal e paralela.

Acolhimento de migrantes e refugiados

Uma soma de esforços entre a CNM, o governo federal e a ONU como forma de promover uma interiorização com humanidade, inserção social, profissional e possibilitar aos refugiados e migrantes oportunidades de recomeço foi lançada oficialmente na ***XXII Marcha***. O painel foi conduzido pelo 1º vice-presidente da CNM, Julvan Lacerda, que lembrou algumas ações da entidade com a contratação de duas venezuelanas para seu quadro de funcionários.

A campanha incentiva prefeitos e demais membros da sociedade a contratarem os refugiados e, consequentemente, ajudar outros Municípios fronteiriços na descentralização dos imigrantes. A entidade convida todos os Municípios a participarem da campanha para que, voluntariamente, acolham esses migrantes.



Fortalecimento dos ODS



A CNM e a Fundação Abrinq assinaram um termo de compromisso para engajar os gestores locais no alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). A iniciativa pretende mobilizar os atores locais com orientação sobre planejamento municipal e ferramentas de implementação da Agenda 2030. O projeto de fortalecimento da Rede Estratégia ODS será financiado pela União Europeia. Essa ação terá um eixo que visa à qualificação de lideranças femininas e terá o apoio do Movimento de Mulheres Municipalistas (MMM) para identificação de prefeitas e lideranças femininas locais. Ainda foi firmado um acordo que visa a ampliar a cooperação entre o movimento municipalista e a Organização das Nações Unidas (ONU) com foco no atendimento dos ODS pelos gestores locais em suas competências.

MuniCIÊNCIA

Os Municípios com iniciativas inovadoras que possam servir de modelo para outras cidades terão a oportunidade de inscrevê-las no Prêmio MuniCiência 2019/2020. O anúncio da nova edição da premiação ocorreu na Marcha, e a participação deve ser confirmada até o dia 8 de julho. Os interessados precisam baixar o regulamento disponível no *hotsite* do MuniCiência e informar os dados da iniciativa. O Prêmio faz parte de uma ação do Projeto UniverCidades, executado pela CNM em parceria com a União Europeia. Por meio do projeto, a CNM assinou termo de adesão junto à Escola Nacional de Administração Pública (Enap) para integrar a Escola Virtual Gov (EV.G), que disponibiliza mais de 150 cursos gratuitos em sua plataforma *on-line*. Acesse em: **https://www.escolavirtual.gov.br**

Plataforma +Brasil é lançada na Marcha

Parte das conquistas da *XXII Marcha*, o lançamento da **Plataforma +Brasil** disponibiliza aos gestores e à população um novo sistema para gestão, fiscalização e acompanhamento de emendas parlamentares e recursos da União para os Municípios. No evento, o novo recurso foi apresentado pela CNM e pelo secretário de Gestão do Ministério da Economia, Cristiano Heckert.

"Começaremos pelos fundos das áreas da Justiça e Segurança, Ciência e Tecnologia, Cultura e Esporte e, gradativamente, chegaremos aos de maior volume financeiro, como da Saúde e Educação", explicou Heckert. Até 2022, o governo quer englobar todas as modalidades e, assim, ter uma única plataforma integrada, transparente e efetiva. O Siconv, atual portal de convênios, já migrou para a nova ferramenta eletrônica.

Acesse a Plataforma +Brasil em:
www.plataformamaisbrasil.gov.br


Ag. LAR/CNM



Ag. LAR/CNM

Cúpula Hemisférica de Prefeitos

Em março de 2020, Recife e Olinda (PE) sediarão a *XIII Cúpula Hemisférica de Prefeitos e Governos Locais*. O lançamento oficial da conferência foi feito e a assinatura do termo de compromisso para realizá-la foi assinado — por representantes da CNM, prefeituras, Assembleia Legislativa e governo de Pernambuco, ONU e Flacma — na *XXII Marcha*. A cúpula tem o objetivo de aprofundar a unidade continental por meio de acordos para o desenvolvimento local e a ação coordenada para a implementação de políticas públicas regionais.

Na solenidade, o presidente da Associação Municipalista de Pernambuco (Amupe), José Coimbra Patriota Filho, destacou a missão conferida aos Municípios de representar o Brasil. "Vamos reunir gestores com experiências diversas", disse ao convocar o público a participar. Em vídeo, o presidente da Federação Latino-Americana de Cidades, Municípios e Associações de Governos Locais (Flacma), Iván Arciénega Collazos, prefeito de Sucre na Bolívia, saudou os participantes da Marcha. "O Brasil será o centro fundamental para novas políticas de desenvolvimento local", afirmou.

CNM e Todos pela Educação juntos por um Fundeb mais justo

A CNM e o movimento Todos pela Educação firmaram, durante a *Marcha* de 2019, um termo de cooperação técnica a fim de formular uma nova proposta para subsidiar a educação pública brasileira. Em busca de mudanças que permitam dar continuidade ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), o presidente da União dos Municípios da Bahia (UPB) e 2º vice-presidente da CNM, Eures Ribeiro, defendeu que os Municípios tenham protagonismo. "Nós não podemos deixar que seja feita uma proposta de cima para baixo, como foi feito no passado", destacou. O objetivo é que as prefeituras participem na construção de uma proposta municipalista que seja apresentada ao governo federal.

Capacitação gratuita de 6 milhões de servidores

Promover qualificação para 6 milhões de servidores municipais. Esse é o desafio do projeto **CNM Qualifica**. A ação foi lançada na *XXII Marcha* e pretende oferecer cursos que possam aprimorar a gestão municipal em assuntos como a Nova Lei de Licitações, o Regime Próprio de Previdência e formas de aumentar a arrecadação nos Municípios. Também foi divulgado o calendário com as novas oficinas.

"Quero trabalhar muito a qualificação dos servidores municipais. O sonho é alcançar esses 6 milhões", anunciou o presidente da CNM, Glademir Aroldi.

"Além de qualificar, vamos formar um exército municipalista. Imaginem as redes que podem se formar a partir do CNM Qualifica, um projeto gratuito", reforçou o presidente de honra da entidade, Paulo Ziulkoski.



Eventos

Confira a agenda municipalista

Após o encerramento da *XXII Marcha a Brasília*, é hora de se programar para as próximas atividades do movimento municipalista. A CNM divulga nesta edição do *Boletim CNM* o calendário dos principais eventos (nacionais e internacionais) que serão realizados até o final deste ano na sua sede, em Brasília, e em outras cidades.

São eventos que contemplam diversas áreas de interesse da administração municipal e que contribuem para o fortalecimento dos Municípios. Confira as datas e não deixe de confirmar a sua participação no portal da CNM.

8 e 9 de maio
CNM Qualifica – Regime Previdenciário nos Municípios
Local: Curitiba (PR)

21 a 22 de maio
CNM Qualifica – Regime Previdenciário nos Municípios
Local: Palmas (TO)

22 e 23 de maio
Congresso Nacional de Improbidade Administrativa
Local: Brasília (DF)

12 a 14 de junho
Diálogo UniverCidades
Local: Viçosa (MG)

11 a 13 de julho
Seminário Nacional de Governança para o Turismo Brasil
Local: Capitólio (MG)

22 e 23 de agosto
Turismo em Unidades de Conservação
Local: Maragogi (AL)

23 e 24 de setembro
II Congresso Brasileiro de Direito Tributário e Financeiro Municipal
Local: Brasília (DF)

25 a 27 de setembro
CNM/ABAV Expo e Encontro Comercial Braztoa
Local: São Paulo (SP)

23 a 25 de outubro
6º Encontro das Cidades Históricas Turísticas e Patrimônio Mundial, realizado em conjunto com o Seminário Internacional de Patrimônio+Turismo
Local: Porto Alegre (RS)

4 de dezembro
2º Fórum Municipalista de Consórcios Públicos
Local: Brasília (DF)

Exposição

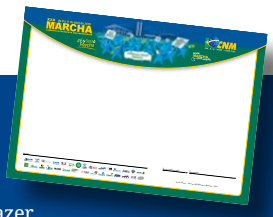
Novidades e tecnologias para o Município expostas na Marcha

Diversos municipalistas compareceram à *XXII Marcha* não somente pelo que acontece na programação principal ou paralela, como, também, para conferir o que a ***XI Exposição de Produtos, Serviços e Tecnologias*** oferece de novidades para o Município. No espaço, um mundo de conhecimento, novidades e tecnologias era apresentado para quem passasse pelo local.

Foi o caso do prefeito de Chuí (RS), Marco Antônio Vasques Rodrigues Barbosa. Um dos primeiros a chegar no local, ele ressaltou a importância que o espaço tem para o municipalista. "É muito importante essa feira, visto que a maioria dos Municípios é do interior e a gente, às vezes, fica longe de certas tecnologias. E, aqui, a gente se depara com coisas novas para nossos Municípios", completou.

Apoio institucional: SEBRAE, SERPRO

Patrocínio: CAIXA, Banco do Brasil, Pátria Amada Brasil Governo Federal



Certificado

O gestor que participou da ***XXII Marcha a Brasília*** pode fazer a retirada do certificado de participação. Para ter acesso ao documento, basta acessar o *site* da *Marcha*: **www.marcha.cnm.org.br**. Em seguida, o participante deve clicar em certificado e informar o número do CPF do requerente, solicitando, em seguida, a impressão do arquivo. A CNM reforça que, para obter o certificado, o gestor precisa ter participado de pelo menos 70% da programação do evento, o que totaliza 20 horas de carga horária. Caso o participante não tenha atingido a carga horária mínima, a entidade disponibiliza somente a declaração de participação.

Créditos

O Boletim CNM é uma publicação da Confederação Nacional de Municípios. Todo o conteúdo pode ser copiado, distribuído, exibido e reproduzido livremente, desde que seja citada a fonte. Presidente: Glademir Aroldi • Diretor executivo: Gustavo Cezário • Jornalista responsável: Viviane Cruz • Reportagens: Allan Oliveira, Amanda Martimon, Amanda Maia, Lívia Villela, Mabília Souza, Raquel Montalvão, Viviane Cruz. Colaboradores: Áreas Técnicas da CNM • Fotos: Ag. CNM • Revisão: Keila Mariana de A. O. Pacheco • *Design*: Themaz Comunicação • Endereço: SGAN 601, Módulo N – Brasília/DF – CEP: 70.830-010 • Telefone: (61) 2101-6000 • Fax: (61) 2101-6008 • *E-mail*: atendimento@cnm.org.br